



JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DO QUADRO
DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR**

CADERNO DE PROVA

Curso: Direito

Data: 26/05/2019

LEIA COM ATENÇÃO

PROVA

Além deste Caderno de Provas, contendo 30 (trinta) questões objetivas, você receberá do fiscal de sala, uma folha destinada às respostas das questões objetivas (Folhas de Respostas) e uma Folha de Redação.

TEMPO

O tempo disponível para realização da prova, incluído o tempo para a marcação da Folha de Respostas e Folha de Redação, será 04(quatro) horas:

- Permanência mínima de 01 (uma) hora após o início da prova;
- O candidato poderá levar seu Caderno de Provas 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

É PROIBIDO

Folhear o Caderno de Provas antes da autorização do Fiscal;
Qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
Fazer uso dos sanitários, após o término da prova;
Sair do prédio de aplicação das provas portando a Folha de Respostas e Folha de Redação, documentos oficiais para avaliação.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelo Fiscal de Sala;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as providências;
- Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo;
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 30 questões;
- Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa;
- Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas;
- Confira, na sua Folha de Respostas e Folha de Redação, todos os seus dados impressos, nome, número de inscrição, documento de identidade e data de nascimento;
- Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta(material transparente). A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese, ela será substituída;
- Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo;
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova, cabe exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída dos sanitários durante a realização da prova;
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova ou a Folha de Respostas;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas e Folha de Redação.
- Os 03 (três) últimos candidatos ao terminarem as provas deverão permanecer juntos na sala de provas, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de coletadas suas respectivas assinaturas;
- Qualquer tentativa de fraude implicará imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis com prisão em flagrante dos envolvidos.



Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

NOME			
INSCRIÇÃO	SALA	IDENTIDADE	ORGAO/UF

REDAÇÃO

Redigir uma dissertação argumentativa, tendo como tema: **“A Tecnologia, no século XXI, pode ser vivenciada sem conhecimentos filosóficos?”**

Os textos abaixo servirão apenas como reflexão, não podendo ser plagiados nem parafraseados.

A redação deverá:

- Obedecer às regras ortográficas vigentes;
- Ser escrita em prosa;
- Não fugir do tema;
- Ter progressão temática;
- Ser coesa e coerente;
- Ter, no mínimo, 25 linhas e, no máximo 30.

Texto 1



Texto 2

Tecnologia e filosofia

A tecnologia é o avanço da técnica. Enquanto a técnica pode ser definida por modos padronizados de ação que podem ser alcançados por tentativa e erro, a tecnologia é a evolução, é a aplicação da técnica associada a sistemas e conhecimentos científicos.

A partir do momento em que a tecnologia muda a natureza, e o modo de viver e pensar do homem surge a filosofia para explicar todo impacto da tecnologia na existência do homem.

[...]O conhecimento tecnológico não se limita apenas à fabricação de objetos ferramentas, produtos eletrônicos, etc..., ele também abrange formas de pensar e agir, criando assim a atitude tecnológica, que está associada à criatividade, descobertas, pesquisa, inovação e também tem relação com o desejo de liberdade e controle da natureza.

[...]

Todas as questões filosóficas que problematizam e orientam a tecnologia têm impacto direto na sociedade, pois o avanço tecnológico causa mudanças na cultura, isso porque a inovação altera a forma como o homem enxerga, interpreta e se relaciona com o mundo.

[...]

www.passeidireto.com Acesso em 22/04/2019

REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA DA REDAÇÃO:

“A Tecnologia, no século XXI, pode ser vivenciada sem conhecimentos filosóficos?”

TÍTULO:

1

10

20

30

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA

www.psicologia.pt acesso em 25/04/2019

Texto 1

Como a modernização e a tecnologia influenciam nas relações humanas

[...] O fator humano está sendo deixado em segunda, terceira ou quarta opção; para algumas empresas poder-se-ia afirmar que é visto sob uma perspectiva de engrenagem, em outras palavras, comparado como uma máquina.

Segundo DI LASCIO(2001), O Psicólogo do Trabalho e Organizacional vêm se preocupando com estas questões, pois o volume de pessoas com estresse ou outros problemas como depressão, causados por essa pressão contínua e excessiva, está aumentando assustadoramente. Na psicologia, encontra-se muitas informações, técnicas e instrumentos que podem melhorar as relações e o ambiente de trabalho do indivíduo, pois acreditamos e queremos que o indivíduo venha a ser mais produtivo mas de forma natural e criativa.[...]

O condicionamento se desdobra através do tempo e da tecnologia. A rede se estende, a descentralização alastra-se geograficamente, abrange nações e vai ocupando os continentes. O ser humano passa pela massificação anônima para a atomização solidária através dos meios. Há velocidade em tudo, a internet, o fax, o telefone, o avião, o jato...vão derrubando fronteiras nacionais e tornando obsoletas as organizações locais. A roda, a bicicleta e o avião, fases iniciais de universalização. À medida que a automação se impõe, torna-se óbvio que “informação” é a mercadoria fundamental, e que os produtos sólidos são meros puros incidentes no movimento da informação(FIORE, 1969).

A rede, a tela eletrônica, vai desenvolvendo áreas cada vez mais amplas do planeta. Jogos, e esportes simbólicos da vida, a morte de uns e a prevalência de outros. A máquina de escrever e o computador, o telex e o telefone, a vitrola e o cinema, o rádio e a televisão, a carta e o e-mail, as armas e a automação. O homem vai sendo mudado, ocupa seu planeta como espécie. Os jovens reagem ao vazio de uma educação superada. Nada tem a ouvir ou dizer a uma sociedade robotizada e buscam comunicação não verbal na música e na dança. Daí, o espectro do desemprego e da ausência de propriedade na era da eletricidade. Riqueza e trabalho tornam-se fatores de informação, e estruturas totalmente novas são necessárias para dirigir um negócio ou relacioná-lo com mercados e necessidades sociais. A insensibilidade coletiva em relação aos efeitos da tecnologia e dos meios impede a tomada de consciência sobre como eles atuam. A elevada aceleração dos processos, talvez provoque as mudanças que hoje não se processam na consciência do homem. E, em tudo isso, o homem, eterno ou moldado, como fica ante o novo que ele próprio organiza sem saber? (FIORE,1969) [...]

Questão 01

De acordo com as ideias existentes no texto, marque V para as afirmações verdadeiras e F, para as falsas a fim de poder responder a esta questão.

- () O ser humano está sendo considerado por alguns dirigentes como máquinas, portanto descartáveis. Quando sua engrenagem não funciona, deve ser escanteado, substituído.
- () A velocidade do desenvolvimento da máquina está afetando o mundo em geral, por isso o homem necessita investir no setor de informações sem se deixar manipular pela máquina.
- () O homem, ciente da influência da tecnologia em sua vida está sendo vivenciado, na modernidade, como um ser significativo para o desenvolvimento de uma sociedade mais equânime.
- () O futuro do ser humano, segundo o excerto, é uma incógnita diante da insensibilidade existente nos indivíduos cujas mentes não acompanham a celeridade dos processos tecnológicos.

A única alternativa correta se encontra em

- a) V, V, F, V.
- b) V, F, V, F.
- c) V, V, V, F.
- d) V, F, V, V.
- e) V, F, F, V.

Questão 02

Pode-se, corretamente, inferir do texto que

- a) A tecnologia e o homem nunca terão ensejo de possuírem relações harmônicas, devido a este sentir-se útil na posição de um ser manietado.
- b) O homem, em convivência com a máquina, tem condições suficientes para já suprir suas necessidades, possuindo progresso em tudo.
- c) A automação é um fato incontestável que poderá trazer ao indivíduo e às relações humanas, em geral, benesses desde que haja investimento nas informações.
- d) As informações, mesmo que sejam apreendidas pelos seres humanos, não poderão fornecer-lhes condições adequadas para uma sobrevivência sadia.
- e) O homem nunca terá condições de concorrer com a tecnologia moderna acelerada, uma vez que esta, há muito, ultrapassou o poder do cérebro humano.

Questão 03

“[...] O fator humano está sendo deixado em segunda, terceira ou quarta opção; para algumas empresas poder-se-ia afirmar que é visto sob uma perspectiva de engrenagem, em outras palavras, comparado como uma máquina.” (1º§)

Observe os aspectos gramaticais do trecho acima, a fim de responder a esta questão.

- I. Nota-se que há um sentido de comparação entre o homem e a máquina.
- II. Há relação semântica de alternância, de comparação e de complementação.
- III. “**poder-se-ia**” constitui exemplo de próclise, mas devido à ausência da vírgula, a próclise também poderia ser empregada.
- IV. Existem monossílabos átonos e tônicos, como também palavra oxítona corretamente acentuados.
- V. Vê-se uma forma verbal que corresponde a uma voz passiva analítica de um verbo irregular.

Estão corretas apenas

- a) Duas assertivas.
- b) Três assertivas.
- c) Quatro assertivas.
- d) Todas.
- e) Nenhuma.

Questão 04

As questões 04 e 05 se relacionam com este parágrafo.

“Segundo DI LASCIO(2001), O Psicólogo do Trabalho e Organizacional vêm se preocupando com estas questões, pois o volume de pessoas com estresse ou outros problemas como depressão, causados por essa pressão contínua e excessiva, está aumentando assustadoramente. Na psicologia, encontra-se muitas informações, técnicas e instrumentos que podem melhorar as relações e o ambiente de trabalho do indivíduo, pois acreditamos e queremos que o indivíduo venha a ser mais produtivo mas de forma natural e criativa.[...] (2º§)

Analise o parágrafo acima, observando a morfologia, a sintaxe e a semântica.

- I. Pode-se perceber apenas com este parágrafo que se trata de um artigo de caráter dissertativo opinativo.
- II. Encontra-se completamente correto quanto à ortografia, quanto à sintaxe e quanto à semântica.
- III. Existe um exemplo de voz passiva sintética, cuja concordância se encontra em desacordo com as normas gramaticais.

- IV. Em “...**que** podem melhorar as relações e o ambiente de trabalho do indivíduo”, o elemento destacado exerce função de sujeito, formando oração subordinada adjetiva.
- V. Em “**que** o indivíduo venha a ser mais produtivo...” o valor semântico e sintático da oração iniciada pela palavra em destaque é idêntico ao da oração do item IV.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) assertiva(s)

- a) I, III, IV, V.
- b) I, IV, V.
- c) II, III, IV, V.
- d) II, IV, V.
- e) I, III, IV.

Questão 05

A única afirmação correta em relação ao parágrafo em análise se encontra na alternativa

- a) As formas verbais empregadas são indicativas apenas de certeza por estarem no modo indicativo.
- b) O excerto apresenta intertextualidade por o autor estar emitindo informações de outrem.
- c) A forma verbal “**vêm**” se encontra no presente do indicativo, mudando para o futuro do subjuntivo, teríamos “**verem**”.
- d) Todas as formas verbais se encontram em tempos simples, por isso se pode afirmar que não há perífrase, isto é, há sintagmas verbais.
- e) As palavras “**psicólogo, organizacional, interpessoal, atividades**” são formadas por derivação sufixal.

Texto 2



Questão 06

As questões 06 e 07 se relacionam com o texto 2.

Existe similitude entre cartum e charge. Ambos são veiculados na mídia, no entanto, há características passíveis de se diagnosticar que o texto em análise é uma charge porque

- a) É uma ilustração que objetiva evidenciar algo existente na atualidade que pode exibir uma ou mais pessoas, sendo temporal.
- b) A imagem nos mostra uma arte gráfica, temporal, atual, sendo considerado gênero literário.
- c) O texto pertence ao gênero jornalístico, com objetivo, muitas vezes de satirizar, apenas pela linguagem não verbal.
- d) A linguagem empregada é sempre verbal e não verbal e é considerado como arte estética gráfica.
- e) A imagem objetiva sempre faz críticas políticas, abordando personalidades atuais caricaturadas.

Questão 07

Analisando-se a imagem do texto, pode-se inferir que

- I. A imagem sugere que o homem é um ser voltado apenas para os aspectos materiais da existência, daí sua mente só conter bolhas.
 - II. O homem se faz sozinho sem interferências restritas a outros ambientes, assim ele, por si só, é seu único construtor.
 - III. O mundo globalizado necessita de seres que tenham não apenas informações materiais, mas informações que os façam sonhar com uma nova realidade.
 - IV. O ser humano adveio da terra e vai-se construindo, sofrendo mudanças possíveis de dar equilíbrio ao mundo globalizado.
 - V. A inferência de que o ser humano, racional, não apenas é fruto de valores intelectivos, mas também éticos e religiosos se encontra presente na imagem.
- a) Todas estão corretas.
 - b) Estão corretas apenas II e III.
 - c) Apenas III, IV, e V estão certas.
 - d) Somente I, II e V se encontram sem falha.
 - e) Estão certas apenas III e V.

Texto 3

Editorial

Gente não é lixo

Primeiro vem a exclusão do ambiente escolar, da família, do grupo de trabalho. Até o excluído constar no grupo daqueles que foram chamados pelo sociólogo Zigmunt Bauman como parte do “refugio humano”. O conceito diz mais respeito aos refugiados,

que seriam, na visão de Bauman, gente descartada como lixo no processo de globalização. Porém pode ser aplicado aos refugiados internos das cidades: migrantes da miséria, das drogas, do descaso. Sem ter como fugir da areia movediça da exclusão social, o refugio humano depende, na maioria dos casos, para sair do atoleiro de suas próprias vidas, da sensibilidade dos governos e de entidades não governamentais, ou de setores da sociedade que não aceitam a condição descartável de um ser humano como algo estabelecido.[...]

Enquanto isso, o mercado de pernoites nas submoradias das grandes cidades também aumenta. Com a complacência da desordem urbana instituída e da afasia social que não diferenciam lixo de gente. (JC, 20/04/19, Pág.13)

Questão 08

A ideia central do texto se encontra corretamente evidenciada apenas na alternativa

- a) O título alude, de modo contundente, aos refugiados advindos de outros países em busca de melhores condições de vida.
- b) O emprego da palavra “migrantes”, no contexto, indicia que os refugiados são aqueles que entram no país, mas também os que saem daqui em busca de melhor nível de vida.
- c) O texto nos faz inferir que existem semelhanças entre os refugiados e os brasileiros que vivem no ostracismo sem direito à moradia, à alimentação e à educação.
- d) A presença de órgãos governamentais e não governamentais, a caridade e o humanismo estão presentes sempre, auxiliando as classes discriminadas.
- e) O conceito de Bauman de “refugio humano” é bem explícito, uma vez que o sociólogo o estende àqueles que deveriam ser tratados como cidadãos e são olhados de modo afásico pelos outros.

“Enquanto isso, o mercado de pernoites nas submoradias das grandes cidades também aumenta. Com a complacência da desordem urbana instituída e da afasia social que não diferenciam lixo de gente.”(2º§)

Excerto para as questões 09 e 10

Questão 09

A palavra “**submoradias**” se encontra corretamente grafada. Quanto ao emprego do prefixo, existe apenas uma alternativa cujo prefixo está obedecendo às regras da nova ortografia, identifique-a:

- a) Grande parte das crianças se dirigem ao colégio em auto-ônibus.

- b) Muitas pessoas buscam uma auto-escola quando desejam aprender a dirigir.
- c) A presença do gótico e do subjetivismo exacerbado fizeram parte do ultra-romantismo europeu e brasileiro.
- d) No dia-a-dia, muitos seres humanos são desprezados devido à falta de amor ao próximo.
- e) O folclore se faz presente no pastoril com as figuras de pastoras, borboleta, Diana, mestra, contra-mestra, etc.

Questão 10

Quanto ao gênero textual, à semântica, à morfologia e à sintaxe, analise os itens abaixo:

- I. O texto é um editorial por ser a opinião do jornal, não ser assinado e pertencer ao gênero dissertativo opinativo.
- II. **“mercado de pernoites”** é um sintagma nominal para referir-se aos excluídos, moradores de rua.
- III. **“que não diferenciam...”** o termo em negrito é uma retomada pronominal anafórica com função de sujeito.
- IV. A palavra **“afasia”**, de origem grega, é empregada conotativamente com o sentido de **“aplauso, alegria”**.
- V. No excerto analisado, existem palavras primitivas e formadas apenas pelo processo de derivação.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns)

- a) I, III, IV, V.
- b) I, II, III, V.
- c) II, III, IV, V.
- d) II, IV, V.
- e) I, II, IV, V.

PROVA: DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 11

Os poderes administrativos são prerrogativas instrumentais conferidas aos agentes públicos para que, no desempenho de suas atividades, alcancem o interesse público. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) Em seu sentido amplo, o poder de polícia significa o exercício da função administrativa, fundada na lei, que restringe e condiciona o exercício de direitos e atividades privadas, com o objetivo de implementar o interesse público.
- b) A hierarquia, fruto do poder hierárquico, é uma característica encontrada exclusivamente no exercício da função administrativa, inexistindo, portanto, nas funções típicas jurisdicionais e legislativas.
- c) A autoexecutoriedade é a prerrogativa conferida à Administração para implementar os seus atos, sem a necessidade de manifestação prévia do Poder Judiciário. Exemplo deste atributo é a possibilidade de o Poder Público impor e cobrar multas de trânsito de particulares.
- d) O poder disciplinar é a prerrogativa reconhecida à Administração para investigar e punir, após o contraditório e a ampla defesa, os agentes públicos, na hipótese de infração funcional, não podendo, tais punições, ser impostas a administrados.
- e) O poder de polícia, por ser tipo de poder que restringe a atuação do administrado em detrimento do interesse público, enseja apenas obrigações negativas aos administrados, ou seja, tal poder impõe somente obrigações de não fazer ao particular.

Questão 12

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/92, marque a alternativa correta:

- a) O sucessor daquele que causar ato de improbidade que enseje enriquecimento ilícito ou atente contra os princípios da administração pública está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.
- b) Reputa-se agente público, para os efeitos da lei 8429/92, todo aquele que exerce, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades da administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal ou municípios, com exceção daqueles que o exerçam sem remuneração.
- c) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito perceber, culposamente, vantagem econômica, direta ou

indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

- d) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.
- e) A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

Questão 13

Acerca do tema Princípios do Direito Administrativo, considere as seguintes afirmações:

- I. Existem, dentro do Direito Administrativo, os denominados princípios implícitos, dentre os quais podemos destacar o princípio da razoabilidade, segurança jurídica, eficiência e proporcionalidade.
- II. Uma das vertentes do princípio da impessoalidade, a proibição de promoção pessoal, assegura que a publicidade dos atos do Poder Público deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- III. O princípio da legalidade comporta dois importantes desdobramentos: a supremacia da lei e a reserva de lei, estando o primeiro relacionado com uma vinculação negativa, onde a lei representa uma limitação ao administrador, enquanto o segundo possui vinculação positiva, que condiciona a validade da atuação dos agentes públicos à prévia autorização legal.

Estão corretas apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) I e III.

PROVA: DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 14

A respeito da estrutura da Constituição e da eficácia das normas constitucionais, é incorreto afirmar:

- a) As normas constitucionais de aplicabilidade imediata e eficácia plena são definidas como aquelas que embora reguladas pelo legislador constituinte sobre determinado assunto, permitem que, por meio de autorização da própria Constituição, norma infraconstitucional as restrinja.

De acordo com essa classificação, uma vez promulgada a constituição, seus efeitos se evidenciarão em sua plenitude, contudo, uma norma subalterna, infraconstitucional poderá restringi-la.

- b) A parte inicial da CF é composta pelo preâmbulo, espécie de apresentação do documento, que, embora esteja inserida na Constituição e possa ser alterada por meio de emendas, não tem força vinculante. Serve de vetor interpretativo para a compreensão do significado das normas e solução de problemas trazidos pelo texto constitucional, situando-se no campo da política e não do Direito.
- c) ADCT são regras de transição entre um antigo ordenamento jurídico e o novo, sendo, assim, temporárias. Na classificação de José Afonso da Silva (2005) quanto aos elementos das constituições, seriam consideradas como regras de aplicabilidade, ou seja, ajudariam a Constituição de 1988 a ter eficácia.
- d) Normas constitucionais de eficácia programática são as que estabelecem programas, metas, objetivos a serem desenvolvidos pelo Estado, típicas das Constituições Dirigentes. Impõe um objetivo de resultado futuro ao Estado, direcionando as ações legislativas dos órgãos estatais. Não diz como o Estado deverá agir, mas o fim a ser atingido.
- e) As normas de eficácia plena caracterizam-se por serem autoexecutáveis. Elas não dependem e não são restringidas por atos normativos de legislação infraconstitucional, ou seja, desde sua gênese, produzem, ou ao menos possuem a possibilidade de produzir, todos os efeitos visados pelo constituinte, posto que já possuem todos os elementos necessários para sua aplicação, independentemente, portanto, de norma regulamentadora.

Questão 15

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito, possuindo fundamentos específicos, objetivos e princípios. É um princípio que rege as relações internacionais do Brasil:

- a) Garantia do desenvolvimento nacional
- b) Pluralismo político
- c) Dignidade da pessoa humana
- d) Prevalência dos direitos humanos
- e) Erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais

Questão 16

Poder constituinte é, no Direito, o poder de criar, modificar, revisar, revogar ou adicionar algo à Constituição do Estado. É aquele capaz de editar

uma Constituição, estabelecendo uma organização jurídica fundamental, dando forma ao Estado, constituindo poderes e criando normas de exercício de governo, tal qual o estabelecimento de seus órgãos fundamentais, os limites da sua ação e as bases do ordenamento econômico e social. Sobre o tema, assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que não contém uma informação verdadeira.

- a) O Poder Constituinte Derivado Reformador, chamado por alguns de “Competência Reformadora”, tem a capacidade de modificar a Constituição Federal, por meio de um procedimento específico, estabelecido pelo Originário, sem que haja uma verdadeira revolução. Sua manifestação se verifica, por exemplo, através das Emendas Constitucionais.
- b) O Poder Constituinte Derivado é também denominado instituído, constituído, secundário ou de segundo grau. Ele não é isolado, vinculando-se ao Poder Originário e podendo modificar texto, acrescentar ou criar o que não foi originalmente estabelecido, o que lhe garante qualidade, juridicamente, de ilimitado e remanescente.
- c) O titular do Poder Constituinte é o povo, representado por um órgão colegiado, a Assembleia Constituinte. Sua legitimação é a representação da democracia de um Estado soberano, onde as premissas do *ubi societas* e *ibi ius* encontram-se límpidas na forma de criação de um Estado.
- d) O Poder Constituinte Originário, também chamado de Genuíno ou de 1º grau, tem como características ser inaugural, autônomo, permanente, incondicionado, soberano, criativo, político e de fato.
- e) O Poder Constituinte Derivado Decorrente é jurídico e encontra os seus parâmetros de manifestação nas regras estabelecidas pelo originário. Sua missão é estruturar a Constituição dos Estados-Membros ou, em momento seguinte, havendo necessidade de adequação e reformulação, modificá-la. Em municípios, por sua vez, a Lei Orgânica não equivale ao Poder Constituinte Derivado Decorrente.

Questão 17

Em consonância com a Constituição Federal, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade o(a):

- a) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional
- b) Procurador-Geral da República
- c) Plenário do STJ
- d) Mesa de Assembleia Legislativa
- e) Presidente da República

PROVA: DIREITO PENAL

Questão 18

Acerca da aplicação da lei penal, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- b) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- c) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e todos os efeitos da sentença condenatória.
- d) Caracteriza caso de extraterritorialidade incondicionada o crime contra a administração pública por quem está a seu serviço, se praticado por brasileiro no exterior.
- e) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

Questão 19

Miguel, após sair da comemoração do aniversário de seu melhor amigo, Marcos, onde fez ingestão de bebida alcoólica, foi parado em uma blitz pelo policial Benjamim.

Ao ser questionado se havia ingerido bebida alcoólica naquele dia, Miguel prontamente respondeu que sim e ofereceu a Benjamim a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para que não o multasse e o deixasse ir para casa.

Após receber tal oferta Benjamim falou que aceitaria o dinheiro, mas, antes que Miguel conseguisse entregar a quantia acordada, Alberto, outro policial que trabalhava na blitz, foi até o carro de Miguel para ajudar Benjamim na operação, motivo que fez com que Benjamim desistisse de receber a quantia e aplicasse a multa a Miguel.

Tendo em vista a situação hipotética descrita acima, responda corretamente:

- a) No caso analisado houve o crime de corrupção ativa, por parte de Miguel, e o de corrupção passiva, por parte de Benjamim. Ambos foram consumados.
- b) No caso analisado houve o crime de corrupção ativa, por parte de Miguel, na modalidade consumada, e o de corrupção passiva por parte de Benjamim, na modalidade tentada.
- c) No caso em análise houve o crime de corrupção ativa, por parte de Miguel, e o de corrupção

passiva, por parte de Benjamim, ambos na modalidade tentada.

- d) No caso analisado houve o crime de corrupção ativa, por parte de Miguel, e o de corrupção passiva privilegiada, praticado por Benjamim. Ambos foram consumados.
- e) No caso em análise houve apenas o crime de corrupção ativa, praticado por Miguel, na modalidade consumada.

Questão 20

Crime, no Direito Penal Brasileiro, é espécie de infração penal, podendo esta ser conceituada como um fato típico, ilícito e praticado por pessoa com culpabilidade.

Tendo em vista o conceito de crime, bem como, toda sua teoria que norteia o Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia do meio ou por impropriedade do objeto, ainda que circunstanciais, não for possível consumir-se o crime.
- b) Nos crimes em que for reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- c) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual ou iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- d) A omissão é penalmente relevante quando o omitente, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado. A tal situação dá-se o nome de crimes omissivos impróprios.
- e) Se o fato é cometido sob coação física irresistível, haverá exclusão da culpabilidade do agente.

PROVA: DIREITO CIVIL

Questão 21

Segundo Gonçalves, “negócio jurídico é um ato ou uma pluralidade de atos, entre si relacionados, quer sejam de uma ou de várias pessoas, que tem por fim produzir efeitos jurídicos, modificações nas relações jurídicas no âmbito do Direito Privado” (GONÇALVES, p. 320). GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Assinale abaixo a resposta correta:

- a) O ordenamento jurídico, que regula a atividade humana, é composto de normas jurídicas, que preveem hipóteses de fatos. Desta forma, todo acontecimento constitui fato jurídico e possui relevância para o direito.

- b) Os fatos que criam, modificam, transferem ou extinguem direitos podem ser classificados como lícitos e ilícitos. Os primeiros correspondem aos atos humanos praticados em conformidade com o ordenamento jurídico, a que a lei defere os efeitos almejados pelo agente, são efeitos voluntários; os ilícitos integram a categoria dos atos jurídicos pelos efeitos involuntários que produzem. São praticados em desacordo com ordenamento jurídico, embora impostos por ele. Diferente dos primeiros, os atos ilícitos em vez de direito, criam deveres, obrigações e geram o dever de reparar o dano.
- c) Define-se ato jurídico como o evento que advém de fenômeno natural, sem intervenção da vontade humana, mas que produz efeito jurídico. Esse evento natural, em relação à normalidade, classifica-se ora como ordinário ou como extraordinário.
- d) A prática de ato ilícito é sempre realizada por alguém que possui poder jurídico e, para configurar o comportamento ilícito, elementos objetivos e subjetivos precisam ser identificados. Os elementos objetivos se referem à imputabilidade e culpa; os elementos subjetivos, à conduta e antijuridicidade.
- e) O negócio jurídico é o meio de realização do princípio da autonomia privada, dando a possibilidade de cada um de agir ou omitir-se, nos limites da lei. O contrato representa o símbolo do negócio jurídico, contudo, pode ou não se originar de um ato de vontade, em casos em que a declaração expressa da vontade que o origina seja dispensada pela lei.

Questão 22

O vocábulo “pessoa” é derivado do latim “persona”. Embora a palavra tenha sofrido mutações através dos tempos transitando pela concepção oriunda do teatro clássico até os dias atuais, o direito moderno a define como sendo o próprio indivíduo. As pessoas se relacionam na sociedade e precisam umas das outras. O Direito Civil cuida destas relações e define a pessoa natural como “o ser humano considerado como sujeito de direitos e obrigações”.

Sobre o tema, assinale a resposta incorreta:

- a) A existência da pessoa física começa com o nascimento com vida e termina com a morte natural ou presumida. O direito brasileiro protege o nascituro que é o filho concebido mas que ainda não nasceu e tem seus interesses preservados em lei.
- b) Define-se “pessoa jurídica” como o conjunto de bens e pessoas físicas, dotada pelo Estado de personalidade, com a finalidade de realizar grandes empreendimentos. Assim como a pessoa física, a pessoa jurídica também tem um nascimento, registro, capacidade, domicílio, morte e sucessão. Em nosso direito, qualquer criatura que venha a nascer com vida será uma pessoa, contudo, se nasceu morto, não adquiriu personalidade jurídica.
- c) Os animais e as pessoas são sujeitos de direitos. Através das leis ambientais o Estado protege os animais, a flora e a fauna. Em consequência, protege o próprio indivíduo em seu direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida.
- d) As pessoas jurídicas dividem-se em pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. São pessoas jurídicas de direito público interno a União, cada um dos seus Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias e as fundações.
- e) Os participantes de uma relação jurídica são classificados como sujeitos de direito. O termo “sujeito” é gênero cujas espécies são as “pessoas” e os “entes despersonalizados”. Assim, podem existir sujeitos de direito tanto personalizados (que possuem personalidade jurídica) quanto despersonalizados, a exemplo da massa falida, do espólio, condomínio etc. Os entes despersonalizados apenas serão sujeitos naquilo que a lei admitir ou no que for relativo à sua própria natureza. O atributo jurídico necessário para ser “pessoa” é a personalidade. Através dela estará garantida a titularidade de direitos e de deveres na ordem civil.

Questão 23

Personalidade e capacidade são termos que se completam. Segundo os doutrinadores, a capacidade é a medida da personalidade, pois para uns ela é plena e, para outros, limitada.

Sobre o tema, identifique as afirmativas incompletas abaixo, e a seguir responda à questão como solicitado no comando.

- I. A capacidade a que todos têm, e adquirem ao nascer com vida, é chamada de _____.
- II. Dizer que uma pessoa tem personalidade é dizer que ela tem potencial para ser titular de _____.
- III. Nem todas as pessoas têm a _____, que é a aptidão para exercer, por si só, os atos da vida civil.
- IV. Diz-se que o indivíduo que possui a capacidade adquirida ao nascer e a aptidão para exercer, por si só, os atos da vida civil possui as duas espécies de capacidade, chamada de _____.
- V. Não se pode confundir capacidade com _____. A primeira é a medida da personalidade; a segunda é a aptidão para a prática de determinados atos jurídicos, uma espécie de capacidade especial exigida em certas situações.

Assinale a alternativa abaixo que contenha a ordem de preenchimento correta para o preenchimento das lacunas acima descritas:

- a) capacidade de direito ou de gozo - direito subjetivos - capacidade de fato - legitimação - capacidade plena
- b) capacidade de direito ou de gozo - capacidade plena - capacidade de fato - legitimação - direito subjetivos
- c) capacidade de fato - direito subjetivos - capacidade de direito ou de gozo - capacidade plena - legitimação
- d) legitimação - direito subjetivos - capacidade de direito ou de gozo - capacidade de fato - capacidade plena
- e) capacidade de direito ou de gozo - direito subjetivos - capacidade de fato - capacidade plena - legitimação

PROVA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 24

A competência pode ser definida como a medida da jurisdição ou, ainda, como a quantidade de jurisdição delegada a um determinado órgão ou grupo de órgãos.

Dentre as classificações de competência, pode-se destacar o critério que a diferencia em relativa e absoluta.

Sobre tal instituto, assinale a assertiva correta.

- a) Tanto a incompetência relativa quanto a absoluta devem ser alegadas em preliminar de contestação, sendo que, diferentemente da incompetência absoluta, o juiz não poderá conhecer da incompetência relativa de ofício.
- b) A competência determinada em razão da matéria, pessoa ou função é classificada como absoluta, enquanto a competência determinada em razão do território ou do valor é sempre relativa.
- c) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, podendo esta ser alterada em razão de modificações no estado de fato ou de direito ocorridas; quando da supressão de órgão judiciário ou alteração de competência absoluta.
- d) Prorrogar-se-á a competência se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- e) Após a declaração da incompetência, o processo será remetido ao juízo competente, com a preservação dos atos ordinatórios e revogação dos atos decisórios proferidos pelo juízo incompetente.

Questão 25

Entre os chamados “sujeitos imparciais do processo”, podemos destacar os auxiliares da justiça, sobre os quais podemos afirmar corretamente que:

- a) O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.
- b) As atividades de conciliação e mediação, por serem realizadas por agentes públicos, são incompatíveis com o uso de técnicas negociais em seus procedimentos.
- c) Incumbe ao escrivão ou chefe de secretaria efetivar as ordens judiciais, realizar as citações e intimações, bem como praticar todos os demais atos que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária.
- d) Não pode ser intérprete ou tradutor aquele que não tiver a livre administração de seus bens; for arrolado como testemunha ou atuar como perito no processo ou for menor de 21 (vinte e um) anos de idade.
- e) O escrivão, o chefe de secretaria e o oficial de justiça serão responsabilizados civil e regressivamente quando se recusarem ou deixarem de cumprir, no prazo, os atos impostos pela lei ou pelo juiz a que estão subordinados.

Questão 26

Os pressupostos processuais são requisitos de validade e existência da relação jurídica processual. Tratam-se de matérias preliminares, essencialmente ligadas às formalidades processuais, que devem ser analisadas antes do juiz enfrentar o pedido do autor.

Marque a alternativa incorreta sobre os pressupostos processuais.

- a) A capacidade de ser parte, pressuposto processual subjetivo, diz respeito à capacidade do sujeito de gozo e exercício de direitos e obrigações, existindo para as pessoas físicas, pessoas jurídicas, pessoas formais, e para a maioria dos entes despersonalizados, tais como as mesas dos corpos legislativos, as Casas Legislativas ou os Tribunais de Contas desde que atuem na defesa de seus interesses estritamente institucionais, ou seja, concernentes à sua organização e funcionamento.
- b) A investidura é pressuposto processual de existência, já que o processo conduzido por sujeito que não está investido de jurisdição, não pode nem mesmo ser considerado processo, tendo em vista a gravidade do vício consubstanciado na ausência do juiz na relação jurídica processual.
- c) A citação válida é um pressuposto processual objetivo extrínseco que consiste na complementação da relação jurídica processual,

sendo ato de essencial importância para a regularidade do processo.

- d) A petição inicial apta é pressuposto processual de validade, de forma que caso não ocorra o correto preenchimento dos requisitos formais da petição inicial, o processo poderá vir a ser extinto sem resolução de mérito.
- e) A falta de citação válida gera nulidade absoluta do processo, vício este que, excepcionalmente, não se convalida com o trânsito em julgado, podendo ser alegado a qualquer momento, mesmo após o encerramento do processo.

Questão 27

Os Embargos de Declaração são o recurso cabível para integrar a decisão judicial quando verificada a ocorrência de obscuridade, omissão, contradição ou erro material.

Sobre o mencionado recurso, marque a alternativa correta.

- a) Considera-se omissa a decisão quando, mesmo explicando a relação com a questão decidida, limitar-se à indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo.
- b) Oferecidos os Embargos de Declaração, deve o juiz intimar o embargado para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.
- c) Caso o processo corra em autos eletrônicos e houver litisconsortes com diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, contar-se-á em dobro o prazo para a interposição dos Embargos de Declaração.
- d) Os Embargos de Declaração possuem efeito suspensivo *ope legis*, ou seja, necessitam de decisão do relator para que ocorra a suspensão do processo caso demonstrada a probabilidade de provimento do recurso ou, sendo relevante a fundamentação, havendo risco de dano grave ou de difícil reparação.
- e) Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

PROVA: DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 28

Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa Verdes Mares Ltda, contribuinte do ISS, recebeu a visita do fisco em 2011 para fiscalização dos exercícios de 2004 a 2010. Ao final do trabalho, foi identificado pelo auditor pagamento a menor nos exercícios de 2004, 2006, 2008 e 2010, motivo pelo qual foi lavrada uma notificação fiscal. Inconformada

com parte da cobrança e dentro do prazo recursal, Verdes Mares Ltda recorre administrativamente. A resposta ao recurso, proferida em 2013, lhe foi desfavorável. A empresa não entra com novo recurso e, por estar passando por dificuldades financeiras, também não paga o valor cobrado. O fisco inscreve o contribuinte em dívida ativa em 2016 e, em 2021 entra com a ação de Execução Fiscal.

Sobre os fatos hipotéticos ocorridos acima e a respectiva ação do fisco, assinale a alternativa incorreta, considerando os aspectos relacionados à constituição do crédito tributário, decadência e prescrição.

- a) Considerando que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, o fisco não poderia ter executado o contribuinte, uma vez que o crédito tornou-se definitivamente constituído em 2013.
- b) Considerando que o lançamento foi realizado em 2011 e que deve se reportar à data da ocorrência do fato gerador da obrigação, o fisco errou ao incluir o exercício de 2004, em virtude de ter ocorrido a decadência, ou seja, a perda do direito do fisco realizar o lançamento tributário para aquele exercício.
- c) O crédito tributário tornou-se definitivamente constituído em 2016, marcando desta forma o momento em que se iniciou a contagem do prazo prescricional que terminaria em 2021, exatamente à época da ação de execução.
- d) A prescrição para o caso hipotético ocorreu em 2018, motivo pelo qual o fisco não poderia ter executado o contribuinte em 2021.
- e) No caso descrito, o lançamento efetuado pelo fisco foi o de ofício, modalidade na qual o sujeito passivo não participa de nenhuma etapa e através da qual pode ser revisto o lançamento efetuado por qualquer modalidade.

Questão 29

O poder de tributar é a atribuição determinada ao poder tributante para criar, aumentar, diminuir, extinguir ou deixar de arrecadar o tributo de sua competência. A Constituição Federal veda ao Estado exercer exploração direta de atividade econômica, salvo determinadas situações relacionadas à segurança nacional ou a relevante interesse coletivo. Desta forma, é através da tributação que o Estado encontra uma das formas de capitalizar-se e realizar suas atividades essenciais, dando cumprimento a todos os direitos e garantias fundamentais previstos na Carta Magna. Os entes federados, no exercício de suas competências, criam seus tributos e respeitam as regras de imunidade e isenção.

Sobre o tema, julgue as afirmativas abaixo:

I – É o instituto da imunidade uma limitação constitucional ao poder de tributar do Estado. A constituição cria a regra imunizadora, impedindo que a lei tributária criada pelo ente competente para fazê-la inclua certos fatos na hipótese de incidência de impostos.

II – A isenção opera no âmbito do exercício da competência. Prevista na legislação do ente federado que recebeu a competência tributária para criar e cobrar seus tributos, a isenção consiste em uma situação que implicará na exclusão do crédito tributário. É uma dispensa legal concedida pelo ente competente que, ao instituir o tributo, opta por dispensar, total ou parcialmente, o pagamento em determinados casos.

III - O instituto da imunidade é definido como um favor fiscal. O poder tributante que recebeu a competência para instituir seus tributos, permite que determinada pessoa ou instituição seja parcialmente imune, renunciando assim a parte do crédito tributário a ser constituído pelo lançamento, embora lhe caiba, por lei, estabelecer as limitações para a constituição deste crédito.

IV – Entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, não há hierarquia. São entes políticos dotados de autonomia jurídica, bem como de competências legislativas e administrativas diversas. A Constituição previu o instituto da imunidade recíproca sob o fundamento de não onerar as unidades políticas da Federação evitando que elas se transformem em contribuintes umas das outras. Através deste instituto, a Carta Magna, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

V – A concessão de benefícios fiscais só pode ser realizada por quem tem a competência tributária constitucional para criar o tributo. Tratando-se de concessão de subsídio ou isenção, concessão de crédito presumido, redução de base de cálculo, remissão ou anistia referentes a impostos, taxas e contribuições, tem-se que só poderão ser concedidos mediante instrumentos normativos da legislação tributária estadual, municipal e federal no exercício de sua respectiva competência.

Está correto o afirmado na(s) alternativa(s):

- a) I, II e IV
- b) I, II, IV e V
- c) II, IV, V
- d) II, III, IV, V
- e) I, II e V

Questão 30

José Luiz é proprietário de um imóvel no bairro de Boa Viagem. Passou em um concurso público na Paraíba e mudou-se para lá. Deixou seu imóvel sob os

cuidados de Carlos, amigo advogado que se prontificou a intermediar um inquilino para o imóvel.

O imóvel foi alugado para Pedro através de contrato de locação formal devidamente assinado pelo locador José Luiz e o locatário Pedro. O documento, muito bem embasado juridicamente, previu como obrigações para o locatário (Pedro), além do pagamento mensal do aluguel, o pagamento anual do IPTU devido ao município do Recife, durante a vigência do contrato.

Após dois anos, Carlos informa ao amigo José Luiz que recebeu de Pedro um documento da Prefeitura Municipal informando que o IPTU do imóvel estava atrasado e que a inobservância de sua quitação o inscreveria (José Luiz) em dívida ativa. Pedro confirmou que não pagou o IPTU porque foi informado por um contador tratar-se de uma exigência abusiva do contrato, uma vez que a o proprietário do imóvel não era ele, cabendo ao governo municipal cobrar a dívida a José Luiz.

Diante do caso explanado, assinale a alternativa correta.

- a) Pedro estava correto, pois, ele não era o sujeito passivo do pagamento do IPTU e sim José Luiz. Para Pedro, sob nenhuma hipótese caberia a quitação daquela pendência financeira, uma vez que as previsões contratuais de cobrança pelo não pagamento do IPTU não teriam a força necessária para obrigá-lo ao pagamento.
- b) Pedro está errado porque respaldado no reconhecimento da autonomia da vontade pelo ordenamento jurídico, as partes, através do contrato podem convencionar quem será o sujeito passivo de uma relação jurídica tributária, responsabilizando o locatário pelo pagamento do tributo. O contrato o tornou sujeito passivo do pagamento do IPTU, assumindo o ônus tributário no lugar de José Luiz perante o município.
- c) Pedro está errado em não honrar o contrato porque a definição de sujeito passivo é definida pelas partes contratantes que são soberanas na hora da manifestação da vontade, uma das características essenciais na concretização de um negócio jurídico perfeito.
- d) Pedro está errado em não honrar o contrato, porque a discussão não está relacionada ao fato dele ser ou não o sujeito passivo da relação jurídico-tributária referente ao IPTU, mas pelo fato do contrato tratar de uma obrigação civil que deve ser honrada pelas partes contratantes. Caberá a José Luiz, proprietário do imóvel e sujeito passivo da obrigação tributária relativa ao IPTU, quitar o débito tributário municipal em aberto, porém, regressivamente cobrar na justiça a obrigação civil acordada e descumprida por Pedro.
- e) José Luiz tem obrigação de pagar a dívida tributária, uma vez que o contrato é o vínculo jurídico que confere ao locador o direito de exigir do locatário o cumprimento de determinada prestação, ainda que tributária.